

CACS-FUNDEB

Rio Claro

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB)

Aos 14 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, nas dependências do auditório da Secretaria Municipal da Educação, às oito horas, reuniram-se em reunião extraordinária os conselheiros: Adriane Eloisa Cavamura, Daniela Aparecida Aparecida da Silva Sales, Erica Costa Doria, Franciane Arnold de Figueiredo, Janaína de Cássia Robert, Pamela Aparecida Cassão, Paula de Oliveira, Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo e Valmir Rogério Torres, tendo como ponto de pauta: **1- Discussão e deliberação sobre matéria no site <https://portalalcha.com/> sobre apontamentos realizados pelo conselho.** Rosemeire deu início à reunião afirmando que esta fora solicitada por um terço do Conselho. Realizou a leitura de trechos do Regimento CACS FUNDEB sobre as funções do Conselho e da Lei da Transparência. Informou que o Relatório Anual de Ações do CACS FUNDEB fora publicado no Diário Oficial, em conformidade com a legislação, e que, atendendo à solicitação dos conselheiros, a reunião para cumprimento da lei e que, atendendo a solicitação dos conselheiros, a reunião fora agendada para debater sobre a matéria veiculada no site <https://portalalcha.com/> acerca do relatório. Rosemeire também mencionou que alguns conselheiros haviam falado no grupo sobre vazamento de informações do Conselho. Franciane procedeu à leitura do mencionado conteúdo para todos os conselheiros. Posteriormente, relatou que o propósito da reunião era fornecer um retorno oficial, por meios cabíveis, ao que foi publicado, uma vez que houve uma discrepância aos fatos ocorridos, aos quais não condiziam com a realidade. Ressaltou que as reuniões com o COMERC tinham como objetivo discutir o piso do magistério. Pamela salientou que as divergências se iniciam no título da matéria, assim como na citação do aumento de 10 milhões de reais no contrato de transporte, o qual foi devidamente justificado, mas que cabe ao Conselho fazer uma nota de esclarecimento. Erica acrescentou que, enquanto Conselho, é necessário que tudo seja esclarecido evidenciando a seriedade do trabalho realizado. Rosemeire mencionou que fora enviado um ofício no dia 17 de março de 2023 referente ao aumento de 10 milhões de reais no contrato de transporte, e que recursos do conselho foram utilizados para o pagamento de manutenção de veículos não pertencentes à Educação, os quais foram devolvidos posteriormente, razão pela qual concorda, em parte, com a matéria. Janaína retomou a fala de Erica sobre a reunião com o COMERC somente discutir sobre o piso, e destacou que todas as divergências haviam sido respondidas, apesar dos atrasos na entrega ao Conselho. Mencionou que ações do Conselho ficaram atrasaram-se devido ao debate excessivo sobre o piso, que não é a principal função do conselho, e que já havia mencionado anteriormente essa questão em reunião, solicitando que o Conselho se atentasse a outras atribuições, como o transporte escolar, que também é custeado com recursos do FUNDEB. Adriane relatou entender a importância da publicidade dos documentos, mas que realmente todas as justificativas solicitadas aos Departamentos chegaram até o Conselho e que as alterações nas notas de transporte também foram atendidas com a inserção do número das placas dos veículos que passaram por

CACS-FUNDEB

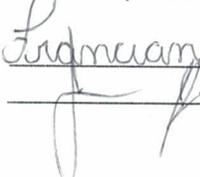
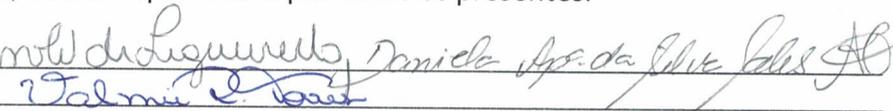
Rio Claro

manutenção. Afirmou que a notícia levou ao entendimento de que o Conselho fora negligente, concordando que será necessário emitir uma nota de esclarecimento. Franciane mencionou um trecho da matéria em que o jornalista afirma que os conselheiros ficaram preocupados com uma “discrepância” de valor na contratação dos serviços de transporte e haviam solicitado esclarecimentos sobre esse fato, o que também não é verdade, pois a solicitação de justificativas e comprovantes já é um ato de rotina do Conselho. Erica continuou sua fala questionando se Rosemeire concorda com tudo o que está na matéria, pois o jornalista não utilizou as informações corretamente. Rosemeire disse concordar em parte, pois alguns fatos aconteceram, como a reunião com autoridades no Departamento de Finanças e a reunião com o COMERC. Também relatou concordar com a fala de Adriane sobre negligência, mas por outro ângulo, considerando que não fora solicitada a nota fiscal dos serviços prestados pelo transporte. Continuou relatando que algumas justificativas não haviam chegado ao Conselho. Disse que no grupo havia sido mencionado que ela vazara informações do Conselho e pediu para que isso seja provado. Valmir mencionou que a resposta viável seria apontar onde todos os documentos oficiais foram publicados para que os interessados possam consultar, destacando que não é necessário citar a matéria ou o seu conteúdo. Destacou que o texto poderia conter o que é o FUNDEB e o Conselho, bem como o local onde as informações verídicas se encontram. Valmir ainda salientou que é preciso que as discussões do Conselho, assim como as decisões devem atender ao disposto na Constituição Federal, no que se refere ao princípio da publicidade, desta forma não se pode falar em vazamentos de informações, uma vez que elas são públicas. Valmir lembrou ainda, que os membros que compõem o Conselho do FUNDEB são representativos de algum segmento, portanto é necessário que estabeleçam um canal de comunicação com os representados para que as decisões tomadas sejam mais assertivas. Janaína disse entender que houveram problemas e atrasos, concordando com Valmir sobre a necessidade de apontar onde estão as justificativas. Disse que houve um debate excessivo sobre o Piso e que, de fato, o transporte não fora verificado corretamente, ressaltando que a responsabilidade é de todos os Conselheiros. Pamela mencionou que a matéria veiculada coloca o Conselho em uma posição que não condiz com suas atribuições. Rosemeire lembrou a função do Conselho e que a maior parte dos recursos seria destinada à folha de pagamento, e que não está sendo paga corretamente devido ao pagamento incorreto do Piso do magistério. Sugeriu que seja solicitado uma nota ao próprio site onde foi veiculada a matéria. Erica afirmou que o Conselho não fora negligente quanto à questão do pagamento do Piso do Magistério, mas que ficaram “presos” nisso durante grande parte do ano, até que foi realizada uma melhor organização dos serviços que cabem ao Conselho. Franciane disse concordar com a fala de Erica e Pamela, mencionando que o Conselho teria o direito de resposta. Assim como Erica, mencionou a insistência na questão do piso pela Presidente, destacando que não houve negligência, pois a situação foi apontada em todos os Pareceres trimestrais. Mencionou que a Presidente deveria ser a primeira a propor a reunião quando a matéria foi colocada no grupo de whatsapp. Erica mencionou que a fala “você não prestaram atenção” repetida por

CACS-FUNDEB

Rio Claro

Rosemeire dá margem para que informações de coisas que não aconteceram fossem inseridas na ata, como disse já acontecer anteriormente. Rosemeire colocou em votação se todos concordam que o Conselho faça uma nota de esclarecimento para dar publicidade e que seja enviado ao site para direito de resposta. Valmir sugeriu que não seja respondido diretamente ao jornalista, mas que seja uma resposta ampla, apontando onde estão as informações aos interessados. Ficou deliberado que será feita a nota de esclarecimento e publicada nos meios oficiais cabíveis. Sem mais considerações, encerra-se a reunião às 10h00, da qual eu, Carolini Aparecida Sartori, layrei a presente ata, assinada por mim e por todos os presentes.



Valmir e Carolini